

ÍNDIOS DO BAIXO RIO BRANCO *Extintos, Assimilados ou Miscigenados?*

Abraão J Pereira

Acadêmico do PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação – UERR/IFRR, Boa Vista, RR.

Maristela Bortolon

Professora do PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação – IFRR, Boa Vista, RR.

RESUMO: O título desse trabalho traz em si seu tema e a missão de: reencontrar e reelaborar, na esteira de diversos autores desde a colonização até os dias atuais, uma abordagem histórico-social sobre a ocupação dos não-índios nas terras do Baixo Rio Branco as consequência que trouxeram para os povos que ali habitavam. Bem como descrever como aconteceu o desaparecimento de povos e culturas que ali viviam, buscando sintetizar neste trabalho a longa e árdua jornada de sobrevivência dos povos Maku e Aruaque (Baré) e o processo de assimilação dos povos Pauxiana, Arawa, Atorai e Parauana. Dentre as diversas motivações para pesquisar essa temática, destacamos o intento de visitar passos trilhados na história e na pesquisa acerca desses povos que habitavam as margens do rio Branco quando os Portugueses aqui chegaram, trazendo um aprofundamento na história desses povos com o intuito de mostra o que não vemos nos livros didáticos. Usamos como referencial principal as publicações e informações contidas no *sítio* do 'ISA-Instituto Socioambiental', visto que, a plantaforma do ISA tem um vasto material onde podemos relacionar as origens dessas tribos bem como o processo de migração, assimilação e as ramificações linguísticas entre os povos indígenas. Não faremos como uma descrição histórica, mas sim como uma provocação a respeito dessas populações que segundo autores Acunã e D'Almada ocupavam toda a região do baixo rio branco. E que hoje é somente habitada por ribeirinhos descendentes de indígenas e seringueiros que vivem em pequenas vilas a margem do rio Branco e seus afluentes.

Palavras Chave: Índios, Colonização e Assimilação

ABSTRACT: The title of this work has its theme and mission: to find and re-elaborate, in the wake of several authors from the colonization to the present day, a historical-social approach to the occupation of non-Indians in the lands of Baixo Rio White the consequences that they brought to the people who lived there. As well as describing the disappearance of peoples and cultures living there, seeking to synthesize in this work the long and arduous journey of survival of the Maku and Aruaque (Baré) peoples and the process of assimilation of the Pauxiana, Arawa, Atorai and Parauana peoples. Among the various motivations to research this theme, we highlight the attempt to revisit the steps taken in history and in the research about these peoples who inhabited the banks of the Branco river when the Portuguese arrived here, bringing a deepening in the history of these peoples with the intention of showing the which we do not see in textbooks. We use as main reference the publications and information contained in the site of the 'ISA-Socio-environmental Institute', since, the ISA plant has a vast

material where we can relate the origins of these tribes as well as the process of migration, assimilation and linguistic ramifications between the indigenous peoples. We will not do as a historical description, but as a provocation on these populations that according to authors Acunã and D'Almada occupied the whole region of the low white river. And that today it is only inhabited by tributaries descendants of natives and seringueiros who live in small villages the margin of the White river and its tributaries.

Key Words: Indians, Colonization and Assimilation

INTRODUÇÃO

A história do Brasil foi construída com base na diversidade de sujeitos históricos, incluindo nações invasoras e povos que aqui viviam ou que foram trazidos para cá. Mas a História contada na escola tem excluído os indígenas como se eles não fossem protagonistas da história nacional. Isso tem ocorrido principalmente por causa da influência da historiografia do século 19, comprometida com os valores da elite da época, que escolheu identificar a história da nação com ações da sociedade europeia e descendentes.

Ao longo do século XX, apesar de alguns historiadores ressaltarem a importância dos povos nativos no contexto da colonização lusa na Amazônia, prevaleceram as versões que dão destaque as ações dos portugueses em que em geral os indígenas eram vítimas, derrotados ou resistentes à ordem da colônia. Essas versões também foram incorporadas pelo ensino de História. Sem terem sido entendidos como protagonistas por diferentes correntes até então, nas versões escritas da História, os ameríndios só tiveram atribuído a si mesmos o papel de legar algumas heranças culturais à nação e, principalmente, um silêncio sobre as resistências e persistências ao longo dos séculos.

Nos livros didáticos, a história contada tendeu a mostrar o indígena sempre no contato com o europeu, associado à antropofagia, à guerra, à condição de selvagem e à ideia de um ser tecnologicamente inferior e que deve ser civilizado. Ele é apresentado nos dias atuais como pertencente a povos dizimados, vítimas, que vivem em florestas, em representação idílica de natureza isolada. E, ao mesmo tempo, integrante de povos considerados desaparecidos, em virtude de uma perspectiva que

entende as mudanças nos costumes indígenas como assimilação, ou seja, perda da cultura original e da identidade ancestral.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os artigos selecionados para este estudo são oriundos de uma base de dados criada pelo programa Povos Indígenas do Brasil com o propósito de reunir verbetes com informações e análises de todos os povos indígenas que habitam o território nacional, além de textos, tabelas, gráficos, mapas, listas, fotografias e notícias sobre a realidade desses povos e seus territórios, este site vem sendo, no decorrer destes anos, repensado e aprimorado por diferentes parceiros e colaboradores do programa Povos Indígenas no Brasil. Com apoio da Embaixada da Noruega e da CAFOD - Catholic Agency For Overseas Development (Agência Católica para Desenvolvimento Ultramarino), este site foi desenvolvido e é mantido por: ISA – Instituto Socioambiental.

Optou-se por selecionar o material bibliográfico tendo em vista que, há mais de 20 anos o ISA defende uma perspectiva socioambiental para o Brasil. Buscamos uma relação mais equilibrada entre a sociedade e a natureza, que valorize a nossa rica diversidade socioambiental, com ênfase nos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. O que tornou uma referencia para pesquisa sobre a questão indígena bem como ribeirinhos e quilombolas.

Todo conhecimento produzido necessita e deve ser transmitido a outras pessoas com o objetivo de levá-las a pensar e a perceber tanto as coisas familiares de modo diferente, quanto obter novas informações. COSTA E CARVALHO (2001)

Assim, realizar uma investigação de natureza exploratória - descritiva e retrospectiva, sobre uma temática pouco explorada que é fazer indagações e provocar discussão sobre povos nativos extintos e miscigenados dentro da nossa nação representa mais um canal de reflexão e socialização sobre os povos indígenas não só do Brasil, mas todos os povos nativos em todos os continentes.

A análise do material selecionado compreendeu os seguintes procedimentos: leitura dos artigos e dos materiais do ISA, com vista a verificar se o tema central — os

índios do Baixo Rio Branco — é abordado; leitura dos textos completos selecionados para a identificação da existência desses povos na chegada dos portugueses e onde estão atualmente; elaboração de síntese das informações por subcategorias temáticas, procurando evidenciar a existência desses povos bem como possíveis destino que tiveram durante o processo colonial da Amazônia e reflexões sobre como se deu o processo de extinção, assimilação ou miscigenação.

CONCEITUAÇÃO

Numa conceituação global, índio refere-se aos indivíduos integrantes de diferentes grupos étnicos do continente americano e que pelo processo de colonização acumulou ao longo desse processo um histórico de luta contra a marginalização imposta pelas políticas coloniais e depois nacionais. A nomenclatura 'índio' foi inicialmente uma identidade atribuída por Cristóvão Colombo, aos habitantes do território posteriormente viria a ser conhecido como América, visto que, ele acreditava haver chegado às índias orientais, tornando-se então índio uma classificação homogeneizante, pois engloba em uma única categoria povos muito diferentes. Isto se configura em uma primeira tentativa de domesticação da diversidade, imposta pelo conquistador.

E para definirmos o que é a colonização que esses povos sofreram em especial aos estudos nessa pesquisa iniciaremos com MONSATERIO & EHRL (2015) que disserta sobre as tipologias colonial de Hereen (1817 e Roscher (1856). Com base nesses autores extrairemos uma definição de colônia mais próxima da realidade da colonização do Baixo rio Branco.

De acordo com Monasterio & Ehrl (2015, p.11); “Na colônia de exploração o objetivo seria a exportação de produtos primários para os países europeus. Geralmente, o número de europeus seria baixo, eles não se tornariam cidadãos locais e o uso de mão de obra escravidão seria frequente.” Esse tipo de colônia se assemelha com o que ocorreu no Baixo rio Branco confrontamos com Carvalho (2016, p.13 e 14) “mas não eram somente os português que escravizavam os índios, os holandeses utilizaram-se [...] do trabalho escravo nas plantações.” que descreve sobre a colonização de Roraima. “...cada povoado só tinha dois soldados, que exerciam a

função de diretor da aldeia” nesse trecho ele descreve os aldeamentos e fica nítido a característica de colônia de exploração de Monasterio & Ehrl em que o número de europeus era baixo e tinham somente o objetivo de controlar e explorar a população local.

Os ditos Aldeamentos no Brasil colônia iam além do intuito de catequização dos índios, visto que, esses eram explorados e vendidos, quem não se rendiam aos colonizadores eram visto como inimigos e quem se rendiam eram levados e passavam a ser objeto de exploração e mercadoria, como afirma Ellis (1997);

[...] o índio era o maior dos bens materiais. Figurava entre os valores arrolados em inventários, nos dotes de casamento, nos pecúlios deixados em testamento. Além disso, era instrumento de comércio. Por isso tudo, foi como um ponto de apoio da sociedade bandeirante ELLIS (1997, p. 281).

[...] não bastavam os poucos negros, tão dificilmente importados da costa da África. Daí a caçada aos silvícolas, – a qual levava no bojo, simultaneamente, a conquista do território e a esperança, depois realizada, do descobrimento das riquezas minerais (MAGALHÃES, 1944, p. 95).

Diante das dificuldades de trazer negros para a Amazônia, tendo em vista que, os canais no nordeste a exploração mineral em Minas Gerais e outras atividades nas regiões litorâneas requeria mais a mão de obra dos negros, poucos foram os negros que chegaram em Roraima, a mão-de-obra nos pesqueiros do Baixo rio Branco bem como das fazendas do império no médio e alto rio Branco foram mantidos por escravos e aldeados indígenas dos povos que aqui viviam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os índios que viveram na região do Baixo Rio Branco enfrentaram com a chegada dos Portugueses uma verdadeira série de invasões de suas terras, confinamentos em aldeamentos, extermínio e tantos outros métodos que levaram a “extinção” de tribos outrora organizadas territorialmente em aldeias, e culturalmente em sociedade e religiões próprias.

[...] segunda metade do Século XVIII, quando a presença europeia, nas terras de Makunaíma, se fez cada vez mais intensa. Foi a partir da invasão dos territórios de ocupação ancestral, que foi implementado o processo de

aldeamento dos povos indígenas nessa região. (CARVALHO et. al (2006, . p. 13).

O conceito de aldeamento de acordo com PERRONE-MOISÈS (1992, p19); “é o processo de reunião de índios em aldeias que geralmente ficavam próximas a povoações coloniais, incentivando o contato com os portugueses.” Esse aldeamento mais tarde com a política Pombalina passa a serem vila ou povoados e recebem outros nome. Como afirma Lyrio S. (2016, p2), “Foi no período pombalino que se intensificou o processo de secularização dos aldeamentos missionários, ou seja, a transformação dos mesmos em vilas de administração civil”.

Os índios aterrorizados com os maus tratos que recebiam por parte dos invasores europeus, em especial os portugueses que chegaram a região vindos de Manaus através do rio Negro, os indígenas fugiram e se espalharam em várias direções. Outros incorporaram aos povoados e foram assimilados por outras nações indígenas.

Nesses povoados já se achavam aldeados por descimento índios dos seguintes grupos: Paraviana, Sapará, Aturaiú, Tapicari, Uaiumará, Amaripá Pauxiana e os Uapixana (Wapichana). Naquele momento ainda não se achavam descidos para os povoados os Cariponá, Macuxi, Uaicá, Securi, Carapi, Sepurú Umaiana (RIBEIRO DE SAMPAIO [1777] 1872, p. 251-253).

Como afirma acima Ribeiro de Sampaio, no século XVIII os índios Pauxiana já viviam aldeados e eram empregados para o trabalho escravo nos pesqueiros que alimentavam a capitania de São José do Rio Negro e a fortaleza São Joaquim. Conforme Carvalho et. al (2006, p17) havia dois pesqueiros no Baixo Rio Branco, o Pesqueiro da Capitania na foz do rio Anauá, e o Pesqueiro da Real Demarcação na região da foz do rio Itapará.

Segundo Carvalho et al (2006, p 15) “das etnias aldeadas: a população de Nossa Senhora do Carmo era composta de índios Wapichana, Paraunana, Atoraiú e Sapará”. Esse povoado era um aldeamento localizado pouco a baixo da foz do rio Catrimani em uma região centralizada em relação ao baixo rio Branco.

Com base nos relatos do missionário beneditino M. Wirth, [...] o Atoradi (também escrito Aturaiú ou Atorai), 'habitavam' a cordilheira de Lua. [...] Nos relatórios coloniais, estes etnônimos são concedidos a povos ou "nações" distintas. Farabee afirma que, historicamente, o Wapishana expandiu-se para o leste e, no processo, incorporou esses grupos linguisticamente e culturalmente próximos que estavam ancorados na extinção devido às epidemias espalhadas pelo contato com o brancos. ISA (2008)

Nesse trecho publicado no site do ISA-Instituto Socioambiental podemos perceber que não somente os aldeamentos e os conflitos entre índios e não-índios foram responsável pela aniquilação de povos, as doenças também foram um fator aniquilador de diversos povos, e muitos deles ao diminuir o seu contingente passaram a integrar outros povos, ou seja, foram assimilados.

A assimilação é um processo de interpenetração e fusão no qual pessoas e grupos adquirem as memórias, os sentimentos e as atitudes de outras pessoas ou grupos, e, compartilhando sua experiência e história, são incorporados em uma vida cultural comum. Na medida em que a assimilação denota esta partilha de tradição, esta íntima participação em experiências comuns, a assimilação é central para os processos históricos e culturais. PARK & BURGESS (2014, p 136-137).

No processo de assimilação muito perdeu-se dessas culturas, visto que, é notório que no processo de assimilação, línguas, costumes, crenças e até mesmo a história desses povos são fundidas ao outro causando a extinção ou fragmentação dos elementos culturais da cultura original.

Segundo ISA (2008);

Este processo parece ter ocorrido gradualmente ao longo do século 19 e no início do século 20 entre os [...] Wapishana - nomeadamente o Atorai e Amariba -, bem como o Tapicari e o Parauana, já que em na década de 1930, o lingüista e o missionário beneditino M. Wirth classificaria todos esses povos como grupos dialéticos do Wapishana.

Outra tribo citada por Araujo e Pinto (2006) os Parauana que habitavam o baixo rio Branco também aparece como um dos povos que sofreram o processo de assimilação e passaram integrar os povos Wapishana, resultado de um longo período

em que índios eram “objetos” de comercio no mercado de escravo ou eram alvo fácil das epidemias trazidas pelos não-índios.

Alguns índios não assimilaram, porem tiveram suas dispersão marcada pelo contato com os não índios, o principal deles são os remanescentes dos povos Aruaquí ou Aruaque que viveram na região onde atualmente localiza o estado de Roraima, dentre eles destacam-se os Baré. De acordo com Marcio Meira – ISA(2006); “Os índios Baré vivem no alto curso do Rio Negro, para onde grande parte deles migrou compulsoriamente em razão do contato com os não-índios”.

Outro povo que migrou da região do Baixo Rio Branco para outras regiões foram os Macu ou Maku que hoje habitam na região do rio Solimões. Segundo ISA (2012) A partir do século XVIII, intensificam-se os "descimentos", de modo que mesmo os Maku, em seus recônditos territórios interfluviais, tiveram alguns de seus efetivos apresados como escravos”. Foram fugindo do aprisionamento feito pelos não-índios que os Macu refugiaram na região do Solimões onde mais tarde foram alvos dos seringalistas e recentemente de garimpeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os índios, como dissemos, encontram-se em diferentes grupos étnicos, diferentes tanto entre si, como dos não índios, os quais hoje podem reivindicar seus direitos baseados no princípio dos “Direitos Originários”. Desta forma, o que inicialmente era uma nomenclatura de classificação identitária atribuída pelos colonizadores, passou a ser o nome de uma categoria de luta e de uma identidade que, de atribuída tornou-se politico-socialmente operante, justamente por somar sob uma única classificação todos os grupos étnicos de nativos do continente, que mesmos diferenciados tiveram nesta soma sua força aumentada.

E isto não significa, que estes indígenas estejam abrindo mão de suas identidades e de suas culturas, pelo contrário: é a partir desta união que a luta por seus direitos vem atingindo maiores êxitos, o que lhes permite uma melhora em sua qualidade de vida de acordo com suas pautas culturais. Eles já viveram um momento de intensa perda cultura durante a colonização, quando etnias como os Atoraí, Parauanas, Pauxianas e tantos outros que foram assimilados por outras etnias, no

caso desses provavelmente os Waipixanas. Foi graças a assimilação e que alguns traços da cultura desses povos chegaram até hoje, traços esses que não são possíveis distinguir dentre os povos assimilado, isso também fortaleceu a luta deles pela sobrevivência ao colonialismo. E foi através dessas lutas entre derrotas e conquistas que esses povos garantiram a legitimação jurídica da diversidade étnica e dos seus direitos.

De acordo com Cascudo (2004, p 125) “Miscigenação é o processo de cruzamento inter-racial.” Porém o que aconteceu com os índios Atoraí, Paraunas e Pauxianas foi um processo de assimilação entre etnias, visto que, conforme afirma Manoel (2009, p 30);

Os índios brasileiros não apresentavam relevantes diferenças genéticas entre si: seriam todos descendentes do primeiro grupo de caçadores asiáticos que chegaram às Américas, há 60 mil anos. Porém, culturalmente falando, os aborígenes brasileiros estavam inseridos numa diversidade de nações com línguas e costumes distintos.

A miscigenação seria se esses nativos derivassem de raças diferentes, e após o Projeto Genoma Humano ter comprovado que não somos diferentes geneticamente ao ponto de existir raça entre humanos o conceito de miscigenação para designar mistura entre povos passou a ser antiquado para conceituar esse processo.

Portanto o processo de fusão desses povos pode ser definido como assimilação que contribuiu para a formação de uma única cultura homogênea, e a emancipação, e fortalecendo a resistência ao colonialismo e a conquistando os seus direitos através da luta e da participação política, garantindo a estes a manutenção das suas culturas, bem como a possibilidade de viverem dignamente tendo todos os seus direitos respeitados.

Os povos indígenas são sujeitos de sua história e sabem instrumentalizar sua cultura quando é necessário, e isto deve ser entendido como uma estratégia para a sobrevivência. O simples contato entre as culturas pode levar a situações dramáticas como a folclorização das manifestações culturais, a pobreza, a miséria, que causa à falta de autonomia das comunidades, fazendo com que os indígenas, por uma questão

de subsistência e sobrevivência, aceitem submeter-se às condições propostas pela sociedade dominante (atividades de garimpagem, tráfico, exploração florestal, biopirataria e tantos outros).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

Baré: (Marcio Meira). Acessado em 11 de setembro de 2017, disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/povo/bare/print>, Enciclopedia dos Povos Indígenas no Brasil, ISA - 2002.

CARVALHO, Fabíola. **História, cultura e meio ambiente em Roraima: perspectivas interculturais**/ Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. p 13-17.

COSTA, Roberta dos S.; CARVALHO, Daclé Vilma. 2001. **Análise da produção científica por enfermeiros de Minas Gerais publicado na revista de enfermagem**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 9, n. 5. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-1169200100050004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 mar. 2005;

Lyrio S., Fabricio. **Aldeamentos e política colonial no século XVIII: A propósito da expulsão dos Jesuítas – ANAPUH II/UESB**, Rio de Janeiro – 2016, p. 2.

PERRONE-MOISÈS, B. “**Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)**”. In: CUNHA, M. C. (org.). História dos índios no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 119.

RIBEIRO DE SAMPAIO, Francisco Xavier. **Relação Geographica-historica do Rio Branco da América Portuguesa**. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil. 2. ed., Rio de Janeiro, v. 13, 1872 [1777], p. 200 – 273.

Robert E. Park, & Ernest W. Burgess. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury) **Competição, Conflito, Acomodação e Assimilação**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 13, n. 38, agosto 2014. p 136-137.

Uapixanas: Acessado em 11 de setembro de 2017, disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/povo/wapichana/print>, Enciclopedia dos Povos Indígenas no Brasil, ISA - 2008.

Maku: Acessado em 19 de setembro de 2017, disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/povo/maku/print>, Enciclopedia dos Povos Indígenas no Brasil, ISA – (2012).

Monasterio, Leandro & Ehrl, Philipp. **Colônias de povoamento versus colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu** - Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- p 11.

ELLIS, Myriam. **As bandeiras na expansão geográfica do Brasil**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). A época colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 1.

MAGALHÃES, Basílio. **Expansão geográfica do Brasil Colonial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.